

André Borges de Mattos  
(UFVJM)

As relações entre a antropologia e os Estados Nacionais vêm recebendo tratamentos distintos na literatura especializada. Parte desta literatura suscita, direta ou indiretamente, questões acerca da autonomia do saber antropológico em um campo marcado por demandas que não se coadunam, *a priori*, com as exigências do trabalho acadêmico no sentido estrito, tal como hoje o concebemos. Questiona-se, assim, o papel de antropólogos em contextos sociais distintos e, ao mesmo tempo, a forma como as avaliações desse papel dependem, elas mesmas, de conjunturas históricas e políticas específicas e de disputas internas ao campo da antropologia (L'Estoile et al. 2002).

L'Estoile et al. (2002) atribuem ao mau uso da clássica distinção weberiana entre “ciência” e “política” a frequência com a qual as atividades políticas e as atividades científicas são apresentadas por estudiosos como instâncias potencialmente contraditórias e os cientistas ora como “pesquisadores” ora como “cidadãos”. Segundo os autores, expressa-se aí um “senso comum acadêmico” que, ao desconsiderar a dimensão histórica das relações entre antropologia e política, engendra um tipo de perversão do sentido *ideal-típico* das figuras weberianas do cientista e do político: de instrumentos analíticos, elas se tornam arquétipos que funcionam como propósitos normativos. Desta maneira, a questão ganha contornos morais e prescritivos, mascarados por um verniz sociológico garantido pela “referência ritual” ao sociólogo alemão.

Para fugir de tais reducionismos, preconizam os autores a necessidade de situar historicamente a forma de atuação de cientistas – sociais ou não – e, com ela, a relação entre ciência e política. Lembrem, ademais, que a autonomia da primeira em relação à segunda é relativa e deve ser apreendida como fruto de uma certa combinação de fatores históricos e interesses de agentes ou grupos sociais específicos (L'Estoile et al. 2002). Ciência e política, portanto – para continuarmos com as categorias weberianas –, não correspondem a termos de uma antinomia. A busca de liberdade científica e de pensamento pode, por exemplo, implicar em alianças com instâncias políticas, de poderes diversos. Uma disciplina ou um grupo científico qualquer pode, ainda, procurar legitimar sua independência, quer em relação a outros grupos ou disciplinas, quer em relação ao poder local, buscando

parceiros “externos” como setores da administração pública, no primeiro caso, ou instituições alheias ao cenário acadêmico nacional, no segundo. Com efeito, é preciso crer na existência de um elemento estrutural subjacente a essas relações cuja ocultação impossibilita perceber os fatores, históricos ou sociais, constitutivos da ligação entre ciência e política – e, especificamente aqui, entre antropologia e políticas de Estado. Neste caso, ao pensar as práticas científicas como ontologicamente incompatíveis com as funções inerentes às políticas públicas e de desenvolvimento empreendidas pelo Estado, o senso-comum acadêmico inviabiliza perceber a possibilidade de uma relação de dependência entre a ação política, as administrações estatais e a produção de conhecimento sobre as populações administradas, como ocorria nos impérios coloniais (L’Estoile et al. 2002).

Neste artigo pretendo analisar algumas das imbricações entre antropologia e políticas de Estado, particularmente nos centros reconhecidamente fundadores da prática antropológica, isto é, França, Inglaterra e Estados Unidos<sup>2</sup>. As reflexões aqui apresentadas foram em grande parte inspiradas pela leitura do artigo de Benoit de L’Estoile (2002) sobre aquilo que ele identifica como um projeto de “dominação racional”, no sentido weberiano, empreendido pelo governo francês junto a colônias africanas no início do século XX. Tal fato justifica as constantes referências ao autor na primeira parte deste trabalho

O recurso comparativo do qual lanço mão, em uma boa tradição antropológica, não pretende senão buscar aquilo que L’Estoile et al. (2002), uma vez mais, apontaram como a única maneira de lograr “o distanciamento e a relativização dos juízos” e, ao mesmo tempo, a percepção de diferentes espaços no quais se constituem gradativamente um conjunto de saberes e um conjunto de políticas. Espaços nos quais ações intervencionistas estatais e antropologia encontram-se articuladas em processos de construção mútua, historicamente datados e socialmente situados. Trata-se, portanto, de uma tentativa, primeiro, de explorar a fundo a proposta do antropólogo de analisar, a partir das relações entre política e saber antropológico, as diferentes formas de conceber e praticar a antropologia em diferentes “tradições nacionais”<sup>3</sup>; segundo, de suscitar elementos para o debate em torno das condições sociais de produção do conhecimento antropológico<sup>4</sup>.

## A ANTROPOLOGIA FRANCESA

---

Começamos pela França. As relações do Estado francês com a antropologia no contexto da colonização africana, entre 1920 e 1950, foram analisadas por Benoit de L’Estoile (2002) a partir da ideia weberiana de que a dominação especificamente moderna é caracterizada pelo saber e pela racionalidade. Nesse estudo, o antropólogo busca compreender como práticas tão díspares como a administração colonial e a etnologia uniram-se sob a égide da “dominação racional”, alinhando etnólogos e administradores em torno de um tema comum: a necessidade do saber científico para a administração de populações nativas em território africano controlado pela metrópole<sup>5</sup>. Sua análise, não obstante, é uma recusa contundente da ideia de que antropólogos estavam simplesmente submetidos ao Estado ou agindo estrategicamente para garantir recursos financeiros junto ao poder público para pesquisas de campo. Desta maneira, renunciando aos “simplismos simétricos da denúncia e da negação”, o autor logra esmiuçar a aproximação aparentemente incestuosa entre a “racionalidade administrativa” e a “racionalidade científica”, em torno da chamada “colonização racional”.

Fiel à lição ensinada por Weber, para quem a “vontade de obedecer” depende diretamente da *crença* na legitimidade do poder e do mando, L’Estoile encontra na aliança com a razão a principal força do Estado

colonial francês para legitimar, a partir dos anos 20, um poder até então ancorado em fundamentos religiosos. Ele mostra como o contexto colonial possibilitou a articulação entre ciência e política em um mesmo campo social de concorrência, tornando a segunda responsável por atribuir à primeira um conjunto de práticas reconhecidas como *científicas*, não obstante justificadas, pela administração, em termos de sua utilidade prática.

Mas não somente práticas. A reivindicação por parte do Estado francês pelo saber científico dirigia-se também no sentido de encontrar uma forma de organização racional do mundo civilizado. À antropologia e seu instrumental teórico caberiam, mais especificamente, dar inteligibilidade ao complexo e aparentemente desorganizado mundo colonial. A disciplina, acreditava-se, seria capaz de fornecer sobretudo “tranqüilidade” e um “sentimento de ordem” aos administradores, ainda que aparente, já que a vontade de saber e de ordenação não raro entrava em conflito com as estratégias dos colonizados.

É no plano dos instrumentos de identificação e classificação das populações em que melhor se observa essa convergência entre as formas de objetivação administrativa e objetivação científica. Neste sentido, L’Estoile analisa como trabalhos produzidos na época por administradores ou antropólogos circulavam concomitantemente em ambos os campos, expressando os vínculos entre o saber administrativo e o discurso científico. Vínculos cujos efeitos iriam ser sentidos, por exemplo, com a criação do Institut Français de l’Afrique Noire (IFAN), em 1937, pelo governador geral da *Afrique Occidentale Française* (AOF), Jules Brévié.

É verdade que, como nova instituição de pesquisa colonial, dirigida, no entanto, por pesquisadores metropolitanos ligados aos centros de ciência da metrópole, o IFAN representava, a um só tempo, a continuidade ainda existente entre o campo científico e o campo administrativo e um relativo avanço no processo de autonomização do primeiro em relação ao segundo. Mas sua criação, na década de 30, assinala principalmente o período de incremento do apoio governamental às pesquisas antropológicas em alguns territórios de domínio francês. Sob a retórica da necessidade cada vez maior de compreensão do povo nativo, esse novo impulso pode ser explicado em grande parte pela necessidade de legitimação das administrações coloniais frente ao cenário internacional. Ganhava força, na época, argumentos anticolonização oriundos de diversos movimentos nacionalistas das colônias da Ásia e das elites locais, que, aliados às críticas cada vez mais freqüentes advindas de potências internacionais não colonialistas, colocavam em risco o projeto colonial.

Deste modo, a etnografia tornava-se uma fonte de legitimidade da dominação especialmente frente à comunidade internacional. Sendo capaz de dar inteligibilidade às diferenças e, com isso, às dificuldades de administração de populações nativas, a prática científica passava não só a representar um signo da “superioridade social” do ocidente, como também a justificar os “atrasos” e “distâncias” em relação ao “mundo civilizado”. Completava o processo de refinamento dos mecanismos de dominação uma política voluntarista, destinada às populações nativas. Com ela a colonização ganhava novos contornos, justificando-se também pela capacidade de promover o bem-estar e o progresso dos nativos, um diferencial em relação às políticas prevaletentes até aquele momento. Em contrapartida, aliadas, ambas as perspectivas – racionalização e preocupação com os indígenas – forneciam justificativas suficientes para o grande investimento nas ciências do homem e, conseqüentemente, para o novo *status* da etnologia.

Tratava-se de uma via de mão-dupla, com benefícios para os dois lados. Se o projeto de “dominação racional” atendia aos interesses dos próprios agentes da burocracia, uma vez que o conhecimento especializado, no sentido weberiano, garantia o monopólio dos postos, minimizando, concomitantemente, o poder político

arbitrário, também beneficiava os cientistas. Os representantes das ciências humanas, de uma maneira geral, aderiam de bom grado aos programas propostos pelo poder colonial, pois, se a etnografia sempre estivera ligada ao governo, a etnologia, como disciplina universitária, ainda em processo de autonomização, dependia do apoio do Estado colonial para se desenvolver<sup>6</sup>.

A necessidade, por parte deste último, de fazer uso da ciência com o intuito de legitimar-se perante a comunidade internacional não impediu, contudo, que o trabalho científico sobre as sociedades colonizadas fosse delegado a cientistas *professionais*. Segundo L'Estoile, o próprio contexto de concorrência internacional exigia investimentos em instituições e especialistas dotados de autonomia em relação aos interesses do Estado. O conhecimento científico adquiria, assim, contornos de um “título de posse” e o conhecimento científico de um território tornava-se também uma forma de “adquirir um direito moral de dominá-lo...” (L'Estoile 2002: 81).

Mas encontrava-se aí, ironicamente, o germe das clivagens que, a partir do período posterior a 1945, passariam a vigorar entre cientistas e administradores. Como “especialistas” em povos nativos, era natural que os etnólogos constituíssem, em pouco tempo, uma ameaça aos agentes administrativos. A divisão do trabalho entre pesquisadores e colonizadores tornou-se, então, mais acentuada. Fortaleceram-se as instituições de ciência e pesquisa e a necessidade de reconhecimento nas comunidades científicas metropolitanas criaram imperativos de legitimação do saber científico, cada vez mais distantes das exigências do saber administrativo, voltado, agora, preponderantemente para questões econômicas.

Para L'Estoile, encerrava-se aí o ciclo de continuidade e complementariedade entre etnólogos e administradores coloniais. A relação de concorrência deslocou-se para dentro da própria comunidade científica, situando, de um lado, pesquisadores ligados às instituições coloniais de pesquisa e, de outro, cientistas dependentes de instituições metropolitanas de pesquisas e campos científicos mais autônomos, aos quais passaram a prestar contas de seu estatuto. A “pureza científica” transformou-se, assim, a um só tempo, no capital simbólico a ser mobilizado nas lutas científicas e na principal causa da estigmatização das quais se tornaram vítimas as ciências desqualificadas como “aplicadas”.

Sucintamente exposto aqui, o artigo de Benoît de L'Estoile mostra, em seu aspecto mais geral, que a relação entre a etnologia, como disciplina acadêmica, e a administração colonial, como instituição estatal, na França, deve ser entendida como um caso particular, resultante de um contexto histórico específico. Além disso, mostra que o projeto estatal de racionalização das administrações não decorreu de um processo inexorável. Ele surgiu, ao contrário, da conjunção de diversos grupos ligados ao Estado interessados pelos nativos e pelo processo de racionalização. Assim, em um contexto marcado por constantes questionamentos da dominação colonial, a etnologia ganhou a forma de uma “tecnologia política”, constituída na percepção das diferenças culturais, capaz de legitimar a dominação ao explicitar à comunidade internacional o fomento à atividade científica, o interesse pelos nativos indígenas e o respeito às suas tradições.

Mas a análise também revelou a dependência dos cientistas em relação aos colonizadores, fato expressivo de uma “interdependência concorrencial entre diversos grupos ligados ao estado, interdependência cujas condições se modificam ao longo do tempo” (L'Estoile 2002: 85). Dessa aliança decorreu o fortalecimento das instituições científicas e da etnologia; conseqüentemente, tornaram-se cada vez maiores sua autonomia e seu reconhecimento externo, o que, num processo que inverteu a posição inicial, acabou por gerar a descontinuidade entre os saberes e a crescente ilegitimidade do domínio colonial nos meios intelectuais. Com efeito, tornou-se

difícil, para os colonizadores, sustentar a etnologia como elemento justificador da dominação. “A relação fundadora com as gestões das populações indígenas”, conclui Benoît de L’Estoile, “torna-se invisível naquilo que se afirma, reivindicando a herança das Luzes, como a nova ciência do Homem” (L’Estoile 2002: 86).

Embora preocupado especialmente com a colonização francesa, L’Estoile inspira-se, curiosamente, em um programa de “racionalização da antropologia e da administração”, apresentado por Malinowski em 1930, para sugerir a “existência de uma possível afinidade entre racionalidade administrativa e racionalidade científica” (L’Estoile 2002: 61) nas colônias francesas. De certa maneira, esta alusão a Malinowski nos incita a pensar no projeto de “dominação pelo conhecimento” como algo a extrapolar contextos locais do colonialismo europeu do início do século XX, permanecendo, assim, fiéis à ideia weberiana da dominação racional como a forma de dominação especificamente moderna. Redirecionemos, pois, o olhar para outro contexto empírico e, a partir dele, pensemos sobre o papel da antropologia em um possível projeto de “dominação racional” britânico.

## A ANTROPOLOGIA INGLESA

---

A antropologia inglesa talvez seja um dos exemplos mais conhecidos e controversos, em toda a história da disciplina, da ligação entre colonialismo e conhecimento antropológico. Alguns textos da época justificam, em certa medida, as dificuldades na abordagem do tema. Eles revelam, de saída, o quão conflituosas e ambíguas eram as relações entre os antropólogos e o Império Britânico. Isto se devia, talvez, às controvérsias em torno do tipo de conhecimento a ser produzido pela antropologia. A despeito do reconhecimento público da disciplina como um saber pragmático, este último era concebido, sobretudo por antropólogos, como um saber menor, hierarquicamente inferior a um saber “teórico” normalmente desvinculado de necessidades próprias ao mundo, por exemplo, dos administradores. Contudo, em um momento no qual boa parte das pesquisas de campo deveria ser feita em território colonial, o pragmatismo era um das questões das quais os antropólogos não poderiam se furtar. A ligação com o Império era, pois, de todo modo inevitável. Para entendê-la, é preciso complexificar a discussão, tornando mais claros os contornos de um contexto histórico que ultrapassava em muito as fronteiras disciplinares da antropologia<sup>7</sup>.

Na virada do século XX, não somente antropólogos, mas os intelectuais em geral na Inglaterra compunham um grupo social cujo *status* e reconhecimento eram avaliados especialmente por sua capacidade de lidar com questões de interesse nacional. O país buscava recompor-se da perda de espaço no cenário internacional decorrente de um longo declínio das taxas de desenvolvimento econômico e, paralelamente, do crescimento, nos últimos 25 anos do século XIX, de outros impérios, agora igualmente importantes, como Rússia e Estados Unidos. Neste sentido, o processo de colonização africana surgia como um meio de buscar novos mercados emergentes e, ao mesmo tempo, reestabilizar a situação interna do país. Mas não só. A expansão colonial apresentava ainda contornos ideológicos, transubstanciados na tentativa de levar a civilização ao resto do mundo e, com efeito, reforçar o caráter nacional inglês, tão desgastado em face da decadência do país. Expressão daquele contexto, o trabalho antropológico, assim como os demais ramos do conhecimento da época, deveria estar apto a contribuir prontamente para a resolução dos problemas nacionais (Kulich 1991).

Mesmo sendo uma sociedade das mais avançadas tecnológica e industrialmente – ou talvez por isso – a

Inglaterra não possuía, até então, um sistema universitário condizente com sua posição de vanguarda. Seus intelectuais, menos do que indivíduos enclausurados nas universidades, eram homens e mulheres dispostos a dotar suas ideias de um sentido prático, sem que isso, contudo, implicasse no desinteresse pela ciência. Mas, se esta atraía para si certa atenção, não o fazia senão quando percebida como condizente com ideais pragmáticos. Ao final do século XIX, por exemplo, uma das causas defendidas por muitos intelectuais era a elevação dos padrões acadêmicos das universidades de Oxford e Cambridge, desde que isso implicasse, para ambas, reformas curriculares e estruturais aptas a contemplarem, em primeiro lugar, o critério meritocrático, por si mesmo capaz de regular carreiras de estudantes, e, em segundo lugar, cursos a serem difundidos, principalmente na área científica – incluindo a antropologia –, com o objetivo de atender as necessidades da nação. Como afirma Kuclick, “...anthropology remains one among several intellectual activities conducted outside the academy. While it did, anthropological ideas were elaborately linked to social practices in a fashion without parallel since” (Kuclick 2001:5). Em suma, não só a antropologia, como as ciências em geral representavam, na Inglaterra do final do século XIX, um saber cuja medida de reconhecimento era diretamente proporcional à sua aplicabilidade para resolução de problemas sociais.

Era natural, portanto, que cientistas, em busca de verbas públicas, empreendessem tentativas de validar as feições pragmáticas do conhecimento científico. Oportunidades não faltavam. O processo de expansão colonial fomentaria a pesquisa científica em geral, desde que a ciência se mostrasse “útil” ao governo inglês. No caso da antropologia, como percebeu Urry (s/d), este novo cenário logo possibilitou a criação de laços de aparente solidariedade com o Império colonial:

“The spread of the empire opened new opportunities for the anthropological research so that by the early 1890s clear links were being established between anthropology, government and the new imperialism. In the 1894, Sir William Flower, President of the Anthropological Association for the Advancement of Science, suggested that knowledge of anthropology was essential for the proper administration of the empire at home and abroad. Anthropology and its institutions could, with official support, serve the interests of the British Empire”<sup>8</sup> (Urry s/d: 102).

O caráter pragmático atribuído à pesquisa antropológica não era, contudo, algo inédito. Tampouco era de total dependência a relação de representantes da disciplina com o Império. Firth (1982), por exemplo, recusando uma ligação direta entre antropólogos e poder colonial nem sempre condizente com a realidade, lembra serem os antecedentes da antropologia aplicada anteriores à disputa colonialista por territórios em diversas partes da África ou do Pacífico, apresentando originalmente elementos de ordem filantrópica e científica, contrapostos à exploração de grupos indígenas.

É também o que demonstra Stocking (1971) ao traçar uma linha de descendência entre o *Anthropological Institute of Great Britain and Ireland* e a *Aborigines Protection Society* (APS), instituição criada no início do século XIX com o objetivo de estudar grupos aborígenes, cujas origens remontam aos movimentos filantropistas Quaker e Evangélico contra a escravidão africana e o comércio de escravos nas colônias britânicas. Neste caso, lembra Stocking que, embora com motivações humanitárias, a APS desenvolvia atividades, em certo sentido, “antropológicas”, sobretudo coleta de dados sobre populações nativas, com o intuito de conscientizar a opinião

pública sobre a deplorável situação das populações nativas. Dentre essas atividades, algumas de caráter “aplicado”, como a elaboração de programas de mudança cultural a ser realizada, nas palavras de Motte, “*by persuasion rather than by force*” (apud Stocking 1971: 370).

Quanto à relação com o Estado, é preciso considerar que grande parte da verba destinada ao financiamento das pesquisas etnográficas, sobretudo a partir da década de 30, advinha de fontes diversas e não exclusivamente do governo inglês<sup>9</sup>. Vários são os exemplos. Malinowski, ao trabalhar na Nova Guiné, recebeu uma considerável soma de dinheiro do Dr. Robert Mond; Bateson, ao realizar pesquisa na mesma região, foi beneficiado por um fundo do *St. John’s College*, em Cambridge, além de outros recursos; Leach, como se sabe, era membro de poderosa família de industriais e contou com recursos próprios para sua pesquisa junto aos Curdos; em período de guerra, Firth trabalhou na Malásia sob os auspícios da Fundação Leverhulme; para o seu clássico estudo entre os Nuer, Evans-Pritchard recebeu apoio do Governo do Sudão<sup>10</sup>. Ademais, muitas dessas instituições financiadoras expressavam interesses reformistas, incondizentes com o projeto colonial – o que não impedia, como veremos adiante, o surgimento de conflitos, tensões e desentendimentos nas relações com antropólogos e, ainda, por parte destes últimos, reclamações sobre a insuficiência de recursos<sup>11</sup>.

Seja como for, o governo fez muito pouco, sobretudo quanto comparado a instituições como a *Rockefeller Foundation*, sem dúvida uma das mais importantes para o desenvolvimento da antropologia nos Estados Unidos e destacadamente na Inglaterra. Apenas entre 1923 e 1929, a *Rockefeller Foundation* distribuiu 21 milhões de dólares para pesquisas em ciências sociais. No caso dos ingleses, somente a *London School of Economics* (LSE) recebeu dois milhões, montante justificado pela visão de diretores de ambas as instituições de que as ciências sociais, exageradamente abstratas, careciam de maior ênfase na observação empírica. Tal afinidade de pensamento possibilitou à LSE tornar-se uma das cinco maiores beneficiadas da Fundação, com recursos destinados a bibliotecas, instalações, professores e projetos científicos.

Não é coincidência que, ao final da mesma década, Malinowski reivindicava na *London School* uma antropologia ancorada em extensa pesquisa de campo, *in loco*. Seu trabalho, em contrapartida, era fortemente apreciado pelos membros da Fundação, principalmente por ser o funcionalismo coerente com seus objetivos naquele momento. A partir de 1929, quando a Rockefeller incorpora definitivamente o Memorial *Laura Spellman*, a tônica do discurso e apoio à pesquisa passa a priorizar o bem-estar da humanidade em detrimento do apoio a projetos acadêmicos. Por se tratar, a partir de então, de uma instituição cujos interesses giravam em torno das questões práticas e, portanto, da utilidade da antropologia e do trabalho de campo, não foi difícil para Malinowski, entrevendo novas possibilidades de estudos, fazer-se bem visto aos olhos dos financiadores. Afinal,

“Functionalism and fieldwork meant an interest in the functioning rather than historical, the quick rather than the dead, the present rather than the past. The Foundation was interested in what was happening now, in what could be learned by observation in actual situations, in the kind of field working functionalism that Malinowski was advocating” (Goody 1995:20).

A criação do *Rhodes-Livingstone Institute in Northern Rhodesia* (Zâmbia), em 1937, marca, no entanto, uma redefinição do papel do governo, que se torna, finalmente, um agente importante no financiamento de estudos (Kuper 1978; Goody 1995)<sup>12</sup>. Estabeleceram-se, assim, os padrões para institutos de pesquisa social colonial

que iriam fornecer grandes estímulos à antropologia no pós-guerra. Concomitantemente, intensificaram-se as tentativas de reforçar a importância do conhecimento antropológico para a administração colonial<sup>13</sup>. A atuação de C. G. Seligman, A. C. Haddon e Radcliffe-Brown, entre outros ilustres antropólogos já citados, expressa fielmente a luta por esse reconhecimento, bem como os cursos de antropologia doravante criados para administradores coloniais sob o argumento de que o conhecimento do povo nativo poderia facilitar sua administração (Urry s/d; Evans-Pritchard 1978; Kuper 1978; Stewart 1983; Goody 1995; Barbosa 1999). É verdade, como observou Evans-Pritchard (1978) – na época um dos instrutores nos cursos para agentes coloniais – que isso não apagou as divergências entre antropólogos e administradores coloniais.

Tomemos o caso paradigmático de Radcliffe-Brown. Foi dele uma das tentativas de utilizar-se do escopo conceitual da antropologia para intervir em problemas de difícil solução para administradores, como a resistência dos missionários ao *lobola*, pagamento por ocasião do casamento e bruxaria entre os grupos africanos. Ao contrário do que inicialmente se pensava, seus estudos mostraram que o costume era importante para a estabilidade do sistema de casamentos e conferia proteção à noiva com relação a possíveis maus tratos, além de estabelecer a posição legal da criança (Firth 1956). Episódios como este possibilitaram ao antropólogo posicionar-se em favor da utilidade da antropologia para as administrações coloniais, inclusive em muitos de seus cursos e conferências, dentre as quais aquela proferida em 1930, quando usou pela primeira vez o termo “antropologia aplicada”. Na ocasião, ele ponderou: “the art of government in the future will have to rest more and more on applied anthropology” (Radcliffe-Brown *apud* Firth 1981: 194)<sup>14</sup>.

Mas, neste íterim, uma importante e paradoxal questão estava prestes a emergir. Se governar, no futuro, significaria conhecer e aplicar a antropologia, Radcliffe-Brown afirmava, ao mesmo tempo, não ser função dessa ciência tentar solucionar problemas de ordem prática. Pelo contrário, ela deveria manter-se longe de qualquer forma de aplicabilidade de seu próprio conhecimento. Nesta mesma direção encontravam-se os argumentos de vários outros antropólogos, entre eles Evans-Pritchard, para quem deveria existir um certo “limite” à aplicação da antropologia para as administrações inglesas.

A associação entre políticas coloniais e saber antropológico, pensava ele, poderia colocar em risco a imparcialidade necessária à pesquisa, que ficaria comprometida se o antropólogo tivesse de “servir” aos interesses de administradores. “Como é perfeitamente lógico imaginar”, dizia Evans-Pritchard, “o antropólogo interessa-se pelos problemas de sua disciplina, tenham ou não tenham importância prática. Naturalmente, o governo colonial interessa-se pelos problemas práticos, tenham ou não tenham importância teórica” (Evans-Pritchard 1978: 188-189). Da mesma maneira, exatamente como enfatizara Radcliffe-Brown, afirmava Evans-Pritchard não ser “tarefa do antropólogo sugerir políticas a adotar”. Política e pesquisa deveriam ocupar, portanto, lugares distintos, pois a primeira estava “determinada por outras considerações que superam as descobertas do investigador” (Evans-Pritchard 1978: 187).

A experiência do próprio Evans-Pritchard constituía a fonte de suas observações. Recordando sua pesquisa realizada na África sob os auspícios do governo do Sudão, missão a ser concedida originalmente a Seligman, ele reclamava, por exemplo, do fato de nenhum uso do conhecimento de ambos ter sido feito pela administração das colônias:

“O professor Seligman disse-me certa vez que, durante todos os anos que trabalhou no Sudão ou sobre problemas sudaneses, nem uma vez foi solicitado o seu parecer e na única oportunidade em que se prontificou a dá-lo, a respeito dos fazedores de chuva dos Montes Nuba, não foi ouvido. Durante os

quinze anos em que trabalhei em problemas sociológicos na mesma região, nem uma só vez me foi solicitada a opinião sobre quaisquer questões” (Evans-Pritchard apud Kuper 1978: 126).

Uma reclamação que encontrava sua contrapartida nas palavras de representantes da administração, como *Sir Phillip Mitchel*. Queixando-se, dizia ele que os antropólogos

“estão dotados do entendimento, atarefam-se com entusiasmo ao redor de todas as minúcias de obscuras práticas tribais e pessoais, donde resultam numerosas descrições laboriosas e freqüentemente precisas... de um tal tamanho que ninguém tem tempo para ler e, de qualquer forma, já são irrelevantes, na época em que finalmente são publicadas, para os negócios do dia-a-dia do governo” (apud Kuper 1978: 130)<sup>15</sup>.

Este trecho revela a complexidade das relações entre antropólogos e administradores, que freqüentemente colocavam-se em desacordo, evidenciando que ciência e política nas colônias britânicas não se encontravam necessariamente em uma relação de solidariedade. Não importa quão grande era o esforço dos primeiros em sua tentativa de tornar a antropologia um saber útil para as administrações, a disciplina nunca chegou a ser plenamente reconhecida pelo poder colonial. Era nítida a divisão do trabalho entre os principais antropólogos ingleses e os administradores. Se mutuamente dependentes, uns e outros ocupavam, na prática, lugares distintos, pois, como ponderava Evans-Pritchard (1978), os interesses da administração e da política colonial representavam sérios riscos à imparcialidade necessária à pesquisa, que ficaria comprometida se o antropólogo tivesse de servir aos interesses da administração.

Interessante paradoxo para um momento no qual intelectuais ingleses se viam obrigados a comprometer-se com questões nacionais, quer por motivos ideológicos, quer por motivos pragmáticos. Paradoxo ainda mais interessante se considerarmos que, mesmo quando não oriunda do governo britânico, parte considerável das verbas destinadas ao financiamento de pesquisas realizadas nas primeiras décadas do século XX advinha de instituições como a *Rockefeller Foundation*, cujo interesse essencialmente reformista, de uma forma geral, exigia resultados práticos<sup>16</sup>.

A articulação desta série de fatores possibilitava, assim, a consolidação de um tipo específico de atuação do antropólogo junto ao poder administrativo. A seguinte declaração de Radcliffe-Brown é a expressão mais fiel desse perfil: “We try to suit courses to the needs of administrative officers, not, however, by dealing with actual problems of administration, but by giving a systematic training in the theoretical anthropology as a basis for the understanding of the native cultures which they have to deal” (apud Firth 1981: 195).

Radcliffe-Brown preconiza aqui a figura de um “antropólogo consultor”, a quem caberia realizar análises e, com elas, oferecer subsídios à administração colonial, detentora do poder de decisão<sup>17</sup>. Mas, se como vimos nos depoimentos de Evans-Pritchard e *Sir Phillip Mitchel* acima expostos, o trabalho de antropólogo era de “um tal tamanho que ninguém tinha tempo para ler”, fica a dúvida, por um lado, sobre o real sentido da “utilidade” da antropologia para funcionários da colônia e, por outro, sobre a forma como antropólogos britânicos e administradores concorriam no espaço social da divisão do trabalho na África sob colonização inglesa. Poucas passagens são mais intrigantes e reveladoras das ambigüidades inerentes às relações entre antropólogos e administradores coloniais ingleses como o seguinte trecho escrito pelo já citado Evans-Pritchard:

“Eu próprio realizei bastantes trabalhos de investigação para o governo do Sudão Anglo-Egípcio. Como creio que o governo partilha a minha opinião sobre o que deve ser a Antropologia Social, uma exposição do seu critério destacará a importância que esta disciplina tem para sua administração. Como já mencionei, o governo do Sudão tem apoiado, desde há algum tempo, a investigação antropológica, permitindo aos antropólogos estudarem à vontade o que desejem, no lugar e da forma que preferirem. Quer dizer, o governo escolhe a pessoa, deixando-lhe depois a ela a liberdade de estabelecer o seu plano de trabalho. Penso que essa atitude é muito inteligente, pois desta forma nunca pôde albergar a falsa esperança de que o antropólogo descobrisse algo de grande importância prática. Entende, noutra perspectiva, que o governo deve encorajar os estudos e acredita – e este é o ponto que quero sublinhar – que um conhecimento das línguas, da cultura e da vida social dos povos do Sudão tem um imenso valor para os funcionários administrativos e outras pessoas, independentemente do facto de permitirem ou não resolver algum problema prático imediato” (Evans-Pritchard 1978:189-190).

Se neste trecho Evans-Pritchard deixa evidente a importância da disciplina para a administração, por outro reforça um tipo de liberdade científica que, paradoxalmente, levava o governo a não “albergar a falsa esperança que o antropólogo descobrisse algo de grande importância prática”. Mais ainda, ele mostra que se o governo reconhecia a importância do conhecimento das línguas, da cultura e da vida social dos povos do Sudão para os funcionários da administração, o mesmo governo reconhecia igualmente que isso era independente do facto de permitirem ou não a resolução de um problema prático.

A nítida separação entre os deveres do antropólogo e do administrador nos permite inferir, portanto, que não era propriamente a eficácia da antropologia como saber “aplicável” o que estava em questão naquele momento, e sim os valores científicos que, na mentalidade colonial, eram, de fato, unicamente a expressão da mentalidade do Ocidente moderno (James 1973). Desta forma, era possível aos antropólogos defender a importância de seus estudos para as administrações e, ao mesmo tempo, realizá-los conforme os cânones científicos prevaletentes. Como salienta James (1973: 47), “the separation of the objective scientists from the committed feeling man can thus be viewed as part of strategy of colonial anthropologists in calming any suspicious if their motives which might damage their claims for support and facilities”.

Em contrapartida, para o poder colonial, a ciência poderia, em princípio, legitimar sua superioridade em relação às sociedades colonizadas em uma situação análoga àquela identificada por L’Etoile nas colônias francesas. Configurava-se, assim, a “grande divisão”, responsável, segundo Latour (1994), por uma assimetria que colocava – e ainda coloca –, de um lado, um “nós”, detentores da ciência verdadeira e, portanto, do verdadeiro conhecimento das coisas, e um “eles”, os nativos, vítimas de representações simbólicas da natureza e de um saber fetichizado. Uma assimetria que, na época, era explicada sobretudo por um discurso biologizante que justificava um certo projeto civilizador e, com ele, o caráter paternalista da administração britânica.

É, pelo menos, o que se depreende da análise do antropólogo George Foster (1987), ele mesmo tendo atuado, em 1961, como consultor em *Community Development* no que à época era uma colônia da Rodésia do Norte<sup>18</sup>. Foster lembra que os jovens recrutados para atividades nas colônias africanas eram, em sua grande maioria, oriundos de famílias de classe média alta na Inglaterra, educados em colégios públicos, sendo que aproximadamente 80% deles se encaminhavam para universidades como Oxford e Cambridge, e o restante para

Liverpool, Manchester, Edinburg e outras instituições semelhantes. Encorajados a acreditar que faziam parte de uma elite intelectual e biológica, preparada e educada para lidar com qualquer tipo de problema, esses jovens compartilhavam ainda a certeza de que o curso universitário, ou qualquer outro tipo de treinamento, seria a melhor medida de competência. Se a natureza tinha sido, infelizmente, mesquinha e desigual ao produzir um número bastante exíguo de espécies imensamente superiores, por isso com maiores responsabilidades, não restava a esses poucos privilegiados senão aprimorar suas habilidades natas por meio do mais qualificado treinamento, no qual a formação do caráter estava em primeiro lugar. Evidentemente, daí o caminho era curto para a crença de que a massa desprivilegiada deveria ser governada pelos “mais capazes”, tanto no interior da própria Inglaterra, como principalmente nas colônias. Como salienta Foster, a administração colonial tinha não só o direito, mas “the humane obligation as well, to plan for people most of whose members are biologically inferior to him, and all of the whom are less advanced in education and breeding” (Foster 1987: 365).

Embora não fique explícito, no texto de Foster, o papel exercido pela antropologia naquele contexto, não é difícil imaginar aqui uma variante do projeto de “dominação racional”. Os dados acima apresentados apontam neste sentido. Na Inglaterra, assim como na França, ainda que de maneira difusa, a antropologia, tornando-se “útil” ao governo, procurou demarcar seu campo de atuação em um contexto que exigia o intercâmbio com os interesses do poder colonial. Na Inglaterra, contudo, as tensões entre um conhecimento supostamente puro, desinteressado, e um conhecimento pretensamente aplicado, já se impunham no período de atuação dos primeiros antropólogos no país, ainda no século XIX, enquanto na França, a se julgar pelos dados de L’Estoile, a nítida separação entre os saberes administrativos e a antropologia parece ter ganhado maior expressão somente a partir de 1945.

Asad (1985) lembra que se a antropologia britânica começa a surgir como disciplina autônoma no período da Primeira Guerra, graças sobretudo à atuação de Malinowski e Radcliffe-Brown, é somente depois da Segunda Guerra Mundial que ela ganha contornos de disciplina acadêmica, com a redefinição de seu objeto e sua base ideológica<sup>19</sup>. Seja como for, é fora de dúvida que o campo antropológico, na Inglaterra, apesar de sua vinculação aos problemas enfrentados pelos imperialistas, permaneceu, ao longo do período de dominação inglesa, imerso em contradições e ambigüidades que desautorizariam estabelecer uma simples e linear ligação entre antropólogos e administradores. Assim, se, como afirma Asad (1985), a antropologia social britânica estabeleceu-se no período entre guerras, em meio ao “encontro colonial”, isto não significa que devemos compartilhar uma visão redutora que tende a identificar a disciplina como uma “aliada” do poder nas colônias e tampouco como reflexo da “ideologia colonial”. Segundo Jack Goody (1995:3), os próprios antropólogos dos anos 30, cientes disto, já chamavam a atenção para o problema ao dizerem “that the situation was more complicated than the documents reveals”.

## A ANTROPOLOGIA NORTE-AMERICANA

---

Resta-nos, finalmente, tecer alguns comentários sobre atuação de antropólogos nos Estados Unidos, país cujas características históricas deram às relações entre antropologia e Estado um caráter específico. A razão para tanto é relativamente simples: não possuindo colônias nos moldes da dominação francesa e britânica sobre a África – sendo antes um território colonizado – não foi possível ao país aliar-se à ciência e particularmente à antropologia para lograr um projeto de “dominação racional” nos moldes da França e da Inglaterra. Portanto, no início do século XX, as circunstâncias de produção do conhecimento antropológico nos Estados Unidos eram outras. É sobretudo

no âmbito da II Guerra Mundial que o campo da antropologia, já consolidado, encontra maior ressonância nos interesses do governo norte-americano, voltados, primeiro, para nações inimigas em um contexto de guerra, depois, no período da Guerra Fria, para as populações internas, no próprio país.

É curioso notar, não obstante, que, até então, eram os antropólogos que pareciam discordar quanto à forma pela qual a antropologia poderia contribuir para ações do governo, sobretudo no plano das relações internacionais. Márcio Goldmam e Frederico Neiburg (2002) chamaram a atenção, por exemplo, para a grande divergência entre antropólogos norte-americanos sobre a participação desses profissionais na I Guerra Mundial. Um dos momentos mais emblemáticos dos inúmeros desacordos em torno da questão, ao qual retornaremos adiante, foi o afastamento de Franz Boas, em 1919, da presidência da *American Anthropological Association* (AAA) em decorrência da posição assumida por ele nos anos de guerra. Apesar de ter utilizado como justificativa para o afastamento a censura de Boas à atuação de antropólogos como agentes da inteligência do governo e como espíões, a AAA, segundo os autores, expressava igualmente nessa atitude uma rejeição à postura pacifista do antropólogo, incongruente, do ponto de vista da instituição, com o interesse do país em intervir no conflito armado. A trajetória de Boas é, pois, um bom ponto de partida para entendermos os meandros das relações entre a antropologia e o estado norte-americano nas primeiras décadas do século XX<sup>20</sup>.

A importância de Franz Boas para as questões aqui abordadas deve-se tanto a seu papel de construtor e arquiteto da moderna antropologia (Lesser 1981), quanto ao fato de ter sido ele um personagem cujas reflexões teóricas guardavam estreita relação com seus posicionamentos políticos, particularmente no que tange à sua preocupação com os problemas sociais de sua época. Sua defesa do relativismo cultural em oposição ao determinismo biológico do comportamento humano, por exemplo, trazia subjacente um forte argumento contra o pressuposto evolucionista de culturas ou raças hierarquizadas. Assim, em um momento de patriotismos exacerbados, florescidos com a I Guerra Mundial, Boas encontrava alguma utilidade pública no relativismo cultural, como se observa em uma carta escrita, na época, a seu filho, na qual enfatizava a possibilidade de se evitar guerras, ódios e os perigos do xenofobismo “if one could only exclude this ‘patriotismus’ from our schools and teach our children the good in our culture, and appreciation of the good in other cultures” (Boas *apud* Lesser 1981: 14).

Regra geral, Boas era, não obstante, um defensor voraz de uma antropologia “acadêmica” que, embora não devesse excluir de suas principais preocupações os problemas sociais, deveria ser exercida por profissionais capazes de se manterem como críticos afastados, não envolvidos diretamente com eles<sup>21</sup>. Sendo, sobretudo, uma forma de “livre pensar”, a ciência deveria ter por finalidade liberar o indivíduo e sua mente de preconceitos e intolerâncias. Do ponto de vista científico, envolvimento prescindia de distanciamento. Restava, pois, como causa política a ser defendida por antropólogos, também cidadãos, unicamente a propagação da disciplina. Não convinha a esses profissionais adquirir vínculos empregatícios com o governo ou se tornar consultores para programas políticos (Yans-McLaughin 1983).

Sua vida foi um exemplo de suas convicções. Ao destacar o lado cientista-cidadão de Boas, Lesser (1981: 11) expressa-se nos seguintes termos: “He accepted a moral obligation to spread a scientific knowledge as widely as possible, and he himself applied anthropology findings to human problems in education, race relations, nationalism and internationalism, war and peace, and the struggle for the democracy and intellectual freedom”. Mas “aplicar a antropologia” seria, neste caso, desenvolver o pensamento crítico como intelectual público, escrevendo, entre outras coisas, artigos para jornais associados a questões mais amplas (Stocking 1982).

Já no século XIX, Boas opunha-se aos vínculos diretos com os interesses do Estado. Reclamando para si o distinto papel de fundador da antropologia norte-americana, ele se levantava contra a tradição evolucionista, reforçada por, e identificada com agências estreitamente relacionadas ao governo, como o Instituto Smithsonian e seus afiliados, o Museu Nacional dos Estados Unidos e o *Bureau of American Ethnology* – este último, aliás, com orçamento justificado em grande parte por seu potencial de contribuição ao gerenciamento de assuntos indígenas. De certa maneira, a defesa dessa deontologia do trabalho intelectual tornava-se, talvez, ainda mais pertinente nos anos da Primeira Guerra, tendo em vista a atuação de antropólogos ligados ao governo, conhecidos como os “antropólogos de Washington”, aos quais Boas opunha-se às vezes com veemência (Yans-McLaughlin 1983).

De fato, em alguns casos o comprometimento com o governo ultrapassava os limites do trabalho científico. Eis aí a origem da já citada manifestação de Boas que lhe custaria a presidência da AAA. Numa célebre passagem da história da antropologia norte-americana, ele se pronuncia em uma carta-denúncia endereçada em 1919 ao editor do jornal *The Nation*, intitulada “*Scientists as Spies*”, condenando energicamente a participação de cientistas como espões, especialmente no México, durante a I Guerra Mundial. O trecho expressa com rigor sua posição como cientista:

“The point against which I wish to enter a vigorous protest is that a number of men who follow science as their profession, men who I refuse to designate any longer as scientists, have prostituted science by using it as a cover for their activities as spies (...) [a soldier, a diplomat, a politician, a business man] such may be excused in they if they set patriotic devotion above common everyday decency and perform services as spies. They merely accept the code of morality to which modern society still conforms. Not so the scientist. The very essence of his life is the service of truth (...) By accident, incontrovertible proof has come to my hands that at least four men who carry on anthropological work, while employed as government agents, introduced themselves to foreign governments as representatives of scientific institutions in the United States, and as sent for the purpose of carrying in scientific researches. They have not only shaken the belief in the truthfulness of science, but they have also done the greatest possible disservice to scientific inquiry. In consequence of their acts, every nation will look distrust upon the visiting foreign investigator who wants to do honest work, suspecting sinister designs. Such action has raised a new barrier against the development of international friendly cooperation” (Boas 1974: 336-337).

As sanções sofridas por Boas expressam com fidelidade as controvérsias que marcaram a atuação de antropólogos ao final da década de 20 nos Estados Unidos. No caso de Boas, a contenda foi gerada pelo fato de que muitos dos cientistas por ele criticados, além de possuírem laços estreitos com Washington, gozavam de certo prestígio na AAA, por sua vez, também envolta com os ventos patrióticos do pós-guerra. Neste espírito, a Associação publicou uma resolução dizendo que a posição de Boas não representava sua posição. Boas foi, em seguida, censurado e destituído do Conselho da AAA, vendo-se forçado a desculpar-se junto ao Conselho de Pesquisa (cf. Lesser 1981; Yans-McLaughlin 1983; Goldman e Neiburg 2002).

Expressava-se aí, talvez, o prelúdio dos acontecimentos. Algum tempo depois, os ideais de Boas, contrários à vinculação direta de antropólogos com o poder, pareciam encontrar pouca ressonância no *mainstream* antropológico. Sua luta para garantir à antropologia os predicados de “ciência pura” e “descomprometida”,

tornando-a, por isso mesmo, capaz de contribuir para a solução de problemas sociais, não foi suficiente para impedir que os antropólogos em massa, dentre os quais muitos de seus discípulos, se aliassem ao governo e demais instituições ligadas direta ou indiretamente aos esforços da Segunda Guerra Mundial (Yans-McLaughlin 1983; Goldman e Neiburg 2002; Mattos 2003). Como salienta Yans-McLaughlin (1983), a partir de então grande parte dos antropólogos reconsideraria o seu papel. Para Goldman e Neiburg (2002), ao contrário do período anterior, a relação com o Estado adquiria, agora, outras feições:

“Ao contrário, a intervenção americana na Segunda Guerra Mundial, encarada como uma resposta à barbárie nazista na Europa, parece ter suscitado não só unanimidade entre os intelectuais como também ter exigido um ativo engagement, promovido em boa medida por um grupo de antropólogos integrado, significativamente, por vários dos ex-alunos de Boas que ocupavam algumas das mais importantes posições universitárias e nas agências de financiamento da época” (Goldman e Neiburg 2002: 188).

A rigor, já na década de 30 a antropologia tinha reconhecida sua capacidade de resolver problemas práticos. Como a sociologia e a psicologia, entre outros ramos do conhecimento, acreditava-se que a disciplina poderia particularmente ajudar a pensar sobre o processo de homogeneização pelo qual passava a sociedade norte-americana, composta de índios, negros e imigrantes de várias origens nacionais. Daí o privilégio alcançado pelos estudos de populações submetidas ao processo de colonização interna, até a eclosão da Segunda Guerra (Goldman e Neiburg 2002; L’Estoile et al. 2002). Tratava-se, assim, de uma antropologia preocupada com a definição das fronteiras nacionais, e, por conseguinte, com os problemas internos ao país.

O próprio governo, a despeito das considerações de Boas, havia sido o principal fomentador de uma antropologia não-acadêmica nos Estados Unidos. Com a eleição do presidente Franklin D. Roosevelt e o início do New Deal, muitos postos de trabalho foram abertos para antropólogos em agências governamentais. Em 1933, esses profissionais eram requisitados por órgãos como o *National Park Service*, o *Bureau of Indians Affairs*, o *Soil Conservations Service* e o *Bureau of Agricultural Economics*, muitos deles chegando a dedicar toda a vida profissional a tais instituições (Stewart 1983; Yans-McLaughlin 1983).

Mas somente na década de 40 houve uma participação maciça de antropólogos em agências do governo, principalmente junto ao *Office of Strategic Services* (OSS), órgão predecessor da hoje mundialmente conhecida CIA, criado em 1942 pelo presidente Roosevelt<sup>22</sup>. Entre seus membros figuraram antropólogos de renome internacional, como Cora Dubois, Anne Fuller, Alexander Lesser, Alfred Mettraux, George Murdock, Gregory Bateson e Ruth Benedict, só para ficarmos com os mais conhecidos (Price 1998). Segundo estimativas da época, metade de todos os antropólogos do país estava empenhada em tempo integral nos esforços de guerra, enquanto outros 25% dedicavam parte de seu tempo para o mesmo fim (Price 1988). Uma antropóloga como Margareth Mead, em estatísticas mais otimistas, chegou a estimar que 90% de todos os antropólogos nos Estados Unidos exerceram atividades relacionadas à guerra (Barbosa 1999).

Curiosamente, o inglês Gregory Bateson tornou-se um dos mais notáveis exemplos dessa participação. Segundo McFate (2005), teria sido após uma tentativa frustrada de ingressar no Departamento de Guerra Britânico que Bateson retornou aos Estados Unidos para juntar-se à OSS. Como observa Price (1998), o antropólogo foi beneficiado por um momento no qual Bill Donovan, diretor da instituição, buscava uma elite acadêmica e científica

para compor um quadro de especialistas com conhecimento de técnicas de pesquisa que se adequavam à proposta de melhor conhecer o inimigo para subvertê-lo. Neste sentido, como pondera Price (1998), a proximidade de Bateson com os métodos utilizados nos estudos de “cultura à distância” tornavam-no um candidato natural à função de colaborador.

Seja como instrutor de “inglês pidgin” de tropas do exército, seja como analista de inteligência ou ainda como produtor de um tipo de propaganda de rádio enganosa, Bateson revelou-se, nos termos de Price, como um agente extremamente dedicado ou um “entusiasta” no decorrer do conflito. Em muitos aspectos, suas atividades ultrapassaram consideravelmente as atribuições do trabalho antropológico no sentido estrito, a seu julgar, por exemplo, por sua participação em uma missão de busca a três agentes capturados por japoneses que, segundo Price (1998: 380), “*required him to sneak across enemy lines to try and rescue captured allied agents*”. Por esta façanha Bateson foi agraciado com a Fita do Serviço de Campanha do Pacífico (McFate 2005)<sup>23</sup>.

O caso de Bateson é emblemático num duplo sentido. Se, por um lado, ele torna evidente a capacidade de cooptação por parte de agências governamentais nos Estados Unidos, por outro revela, uma vez mais, as contradições e tensões inerentes à relação estreita entre antropologia e política no âmbito da II Guerra Mundial. As correspondências enviadas por Bateson a Bill Donovan, naquele período, evidenciam sua estreita familiaridade com questões estratégicas que norteariam, anos depois, algumas das políticas da CIA. McFate (2005) destaca, por exemplo, sua aposta de que a bomba atômica, como uma nova tecnologia de guerra, poderia mudar a dimensão do conflito ao obrigar as nações a adotarem formas indiretas de combate. Assim, Bateson teria sugerido a Donovan recorrer a operações que redundassem em controle econômico e psicológico durante a guerra. Price (1998), por sua vez, destaca sua recomendação de seguir o “estilo russo” de administrar, que pressupunha a valorização de valores culturais de povos inimigos. Aos EUA caberia, portanto, promover aspectos culturais de grupos dominados, o que, nas palavras do próprio Bateson, significaria “admirar” “*the resulting dance festivals and other exhibitions of native culture, literature, poetry music and so on*” (*apud* Price 1998: 382).

Gregory Bateson mostrava-se preocupado sobretudo com os rumos da política no pós-guerra, o que explica em parte a atenção dada às questões estratégicas. Suas recomendações guardavam a crença, compartilhada por outros antropólogos, de que o conhecimento antropológico, utilizado por agências como o Departamento de Serviços Estratégicos, poderiam melhorar a condição dos subordinados. Tudo isso, contudo, não o impediu de avaliar negativamente sua própria experiência na OSS, uma vez terminado o conflito. Procurando analisar essa aparente contradição entre o engajamento de Bateson, durante a guerra, e os dilemas éticos vivenciado por ele no pós-guerra, Price (1998) sugere a existência de um tipo de *coerção institucional* que teria levado Bateson, entre outros antropólogos, a tomar atitudes cujo valor, aos seus próprios olhos, era questionável. Uma rígida estrutura burocrática e a necessidade constante de reportar-se àqueles que se encontravam nos postos de comando da OSS, definindo políticas a serem adotadas, teria criado situações nas quais ideias que deveriam ser combatidas acabaram por ser aceitas. Daí um sentimento comum a muitos antropólogos, tal como se nota em correspondências do pós-guerra, de insatisfação quanto à aplicabilidade do conhecimento antropológico. Não se trata, propriamente, no caso de Bateson, de uma subversão de ideais políticos. “The point is”, conclui Price, “that this applied work pushed Bateson from a comfortable state of political inaction into undertaking a variety of actions and positions He would not have otherwise. In the end, actions he regretted” (Price 1998: 383).

Seja como for, o envolvimento visceral de antropólogos nos esforços de guerra tornava evidente que a

produção antropológica nos Estados Unidos não poderia ficar alheia ao contexto político gerado pelo conflito. Os efeitos do novo cenário logo se fizeram sentir. A preocupação com os problemas internos ao país dá lugar à ênfase nas relações internacionais, isto é, à guerra de proporções mundiais, com o horizonte constituído não por uma, mas várias nações (Goldman e Neiburg 2002). Os países inimigos logo despertam o interesse de muitos pesquisadores, tornando-se, assim, o objeto por excelência de estudos antropológicos, dos quais o hoje clássico *O Crisântemo e a Espada*, de Ruth Benedict, publicado em 1946, tornou-se um referencial. Escrito originalmente na forma de um relatório para o *Office of War Information* (Goldman e Neiburg 2002), o trabalho é expressivo da guinada da antropologia em direção aos estudos de sociedades nacionais distantes e, ao mesmo tempo, da vontade de entender os traços culturais dos japoneses, os “inimigos mais hostis jamais enfrentados pelos Estados Unidos numa guerra total” (Benedict 1972: 9). Mais do que entender sua cultura, o objetivo era entender também a maneira como o inimigo se comportaria na guerra. Em uma palavra, “entender sua conduta, a fim de poder combatê-lo” (Benedict 1972: 10)<sup>24</sup>.

Ironicamente, essa nova antropologia ainda devia muito a Franz Boas. Márcio Goldman e Frederico Neiburg analisaram a dívida dos estudos de caráter nacional com os estudos relativistas de Boas, apontando para o contexto político da década de 40, aliado às ambigüidades do pensamento do próprio antropólogo, como justificativas para esse aparente paradoxo. Alertaram, igualmente, para o fato de que a contribuição de cientistas sociais para a vitória no conflito mundial caminhava paralelamente com anseios pacifistas, de uma sociedade sem guerra que prescindia, naquele contexto, de mecanismos de autoconhecimento. Resultaram daí pesquisas de importantes expoentes da disciplina, como o já citado Gregory Bateson e Margareth Mead, constitutivas de um conjunto de estudos de “interpretação da cultura americana para americanos”, como afirma Rodha Metraux ao referir-se às atividades de Mead no cargo de secretária executiva da Comissão de Hábitos Alimentares do Conselho Nacional de Pesquisas, em Washington, assumido em 1942 (Mead e Metraux 1982: 9). É nesse sentido que o interesse pelas “outras sociedades”, característico dos estudos de cultura e personalidade, deu lugar ao interesse pela “nossa” sociedade, permitindo articular intervenção social e pensamento crítico. Menos do que alternativas excludentes, “crítica cultural” e “engenharia social” tornaram-se, assim, “dimensões constitutivas de um mesmo complexo de representações” (Goldman e Neiburg 2002: 197).

Mais de vinte anos após as manifestações de Boas contra o envolvimento direto de antropólogos em ações governamentais, ocorridas sob a alegação de que tais práticas poderiam comprometer a busca pela verdade, as ações intervencionistas e as relações com o Estado começam a sofrer um processo de retraimento nos Estados Unidos. Ainda na década de 40, a expansão de cursos universitários e as vigorosas críticas de antropólogos às atividades intervencionistas do governo no âmbito da política externa exercida no período da Guerra Fria levaram muitos pesquisadores a optarem por atividades acadêmicas, buscando, assim, um tipo reconhecimento que as atividades práticas dificilmente lhes concediam (Barbosa 1999)<sup>25</sup>.

De todo modo, é na dinâmica desta relação estreita — embora conflituosa — com as atividades do Estado norte-americano em um contexto de guerra entre nações e de projeção internacional do país como potência (L’Estoile et al. 2002), que a antropologia nos Estados Unidos ganha contornos de um campo autônomo de conhecimento, não obstante atento às demandas nacionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Embora expressivos da ligação entre a prática antropológica e as políticas estatais no período de consolidação da antropologia nas três principais tradições do pensamento antropológico, os casos aqui analisados mostraram-se peculiares em alguns aspectos. Na França, a dinâmica da “dominação racional” situou lado a lado antropólogos e administradores em um processo que acabou por beneficiar uns e outros sem impedir, contudo, o antagonismo que passou a vigorar, a partir da década de 40, entre a burocracia estatal e a etnologia, doravante estabelecida como campo de conhecimento autônomo. Na Inglaterra, a relação entre a antropologia e o governo colonial ganhou feições igualmente complexas, expressivas da dificuldade que antropólogos encontraram para articular seus interesses científicos às políticas coloniais no início do século XX. Aqui, no entanto, as contradições e conflitos percebidos entre antropólogos e administradores sugeriram maior ambigüidade no papel da antropologia como ciência a sancionar a dominação colonial. Ainda assim, não deixa de ser significativo o fato de ter sido também aquele o momento de autonomização e consolidação do campo antropológico.

O caso dos Estados Unidos mostrou-se, contudo, o mais dissonante dentre os três aqui em tela, seja pelo expressivo número de antropólogos que se ligaram a agências do governo, sobretudo – embora não somente – durante a II Guerra Mundial, seja pela maneira como eles se dispuseram a atuar. A dimensão do conflito e a posição do país frente aos inimigos de guerra, se comparado à situação da França e da Inglaterra nas colônias, alguns anos antes, exigiam, naturalmente, formas diferenciadas de engajamento. Em uma nação em guerra, que não fez parte do conjunto de países envolvidos no empreendimento colonial europeu do início do século XX, a antropologia não se conformou como uma “tecnologia política” nos moldes da França e da Inglaterra. Assim, na década de 40, como membros de um campo de conhecimento relativamente autônomo, os antropólogos lançaram-se em uma série de ações, no mínimo peculiares, que extrapolaram as atribuições do trabalho antropológico no sentido estrito. Mais do que nos países europeus, parece ter preponderado, nos Estados Unidos, a figura do cientista-cidadão da qual falava Boas, um antropólogo paradoxalmente descrente em relação às atividades intervencionistas de antropólogos. Se tudo isso contribuiu ou não para a adesão maciça de antropólogos aos esforços de guerra e, concomitantemente, para a projeção pública dessa participação, é difícil afirmar. De todo modo, a despeito da importância daquele momento na redefinição de métodos e objetos de pesquisa na antropologia norte-americana, as características dessa atuação, aliadas à política externa no pós-guerra, geraram críticas acirradas que em pouco tempo levaram a um retraimento da antropologia aplicada nos Estados Unidos. Beneficiados pela expansão dos cursos universitários no período da Guerra Fria, os antropólogos optaram, enfim, pela priorização das atividades acadêmicas. Como salienta Barbosa (1999), se muitos deles continuaram ligados ao governo, era, sobretudo, pelo interesse por projetos desenvolvimentistas e de ajuda a países do “terceiro mundo”.

Uma vez cotejadas, as diferentes formas pelas quais antropólogos envolveram-se em questões diretamente ligadas às preocupações de Estado na França, Inglaterra e Estados Unidos permite-nos não só (re)pensar as relações entre ciência e política no contexto de consolidação da antropologia como disciplina acadêmica, como também apontar os diferentes contornos que cada uma dessas categorias adquire em situações empíricas específicas e que engendram formas de articulações igualmente específicas<sup>26</sup>.

Na forma de abordagem conjunta, este texto procurou, assim, analisar como antropólogos e agentes governamentais, a despeito de possuírem interesses distintos e não raro contraditórios, mostraram-se

imbricados numa imensa e complexa trama de relações sociais e de poder, sempre circundada por fatores históricos, sociais e culturais que, em cada um dos casos analisados, ajudaram a moldar, a um só tempo, formas diferenciadas de atuação política e de se fazer antropologia.

## NOTAS

- 1 Este texto é uma versão bastante modificada de um trabalho apresentado na XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 2004, em Olinda, Pernambuco.
- 2 As reflexões aqui apresentadas sobre a antropologia na Inglaterra e nos Estados Unidos constituem um desdobramento de parte da análise realizada em Mattos (2003), particularmente no capítulo 2.
- 3 Neste sentido, vale conferir os artigos reunidos no livro organizado por Benoit de L'Estoile, Frederico Neiburg e Lygia Sigaud (2002).
- 4 O número de referências bibliográficas citadas neste trabalho já é expressivo da dimensão do debate. Uma análise mais detalhada desta literatura encontra-se em Mattos (2003).
- 5 L'Estoile lembra que o termo "etnologia" impôs-se, aos poucos, na França, durante o período aqui em questão, para designar genericamente as ciências do homem que tomam por objeto de estudo "primitivos" e "indígenas" em suas diversas perspectivas. O termo "saber antropológico" assume, no texto do autor, um conjunto de saberes que englobava, ainda que de maneira incerta, a "etnologia", a "antropologia", a "etnografia", o "folclore" etc.. (Cf. L'Estoile 2002:86). É preciso lembrar, no entanto, que a prática etnológica francesa não se restringia aos contextos coloniais. São da década de 30, por exemplo, os primeiros resultados dos estudos do grupo de americanistas franceses, dentre os quais vale mencionar os de Alfred Métraux sobre os Tupi-guarani e a pesquisa de Lévi-Strauss sobre os Bororo (Peixoto 1998). Além desses, vale destacar ainda a importante pesquisa de campo realizada por Louis Dumont na Índia a partir da segunda metade da década de 40. A análise das variantes do campo antropológico francês e dos diversos caminhos adotados por etnólogos, no país ou em territórios estrangeiros, ultrapassa, contudo, os limites deste trabalho.
- 6 É o que permitiu, segundo L'Estoile (2002), o sucesso de alguns projetos no campo institucional, entre eles o de criação do *Institut d'Ethnologie*.
- 7 Este parágrafo e os seguintes, sobre a antropologia inglesa, constituem uma versão ligeiramente modificada de parte do capítulo 2 de minha dissertação de mestrado (Cf. Mattos 2003).
- 8 Urry lembra que, ao mesmo tempo, interesses filantrópicos emergiram principalmente através de discussões sobre o impacto da expansão da dominação europeia em outras "raças". Não obstante, este interesse expressava a preocupação com a perda da validade científica de seus objetos de estudo com a força da colonização; em nenhum momento o imperialismo foi questionado em si mesmo, e as condições de vida das populações nativas eram de interesse secundário diante dos avanços da ciência.
- 9 Todos os dados deste parágrafo e dos seguintes estão em Goody (1995).
- 10 Os casos de Evans-Pritchard e de Leach merecem alguma atenção, na medida em que melhor representam a forma como alguns antropólogos do período se dispuseram a afastar-se da antropologia para servir em regimentos militares nas colônias. Evans-Pritchard atuou como guerrilheiro nas selvas do Sudão. Suas peripécias estão registradas em seu artigo "*Operations in Akobo and Gila Rivers, 1940-1*", publicado na revista militar inglesa *The Army Quarter*, em 1973. A análise deste artigo sob o ponto de vista da crítica etnográfica está em Geertz (1989). Leach, por sua vez, viu-se obrigado, na década de 40, em meio à sua pesquisa de campo na Birmânia, a combater em companhia de guerrilheiros kachins, fato que levou à perda de suas anotações de campo (Kuper, 1978). Outro exemplo seria o de

Gregory Bateson, entre outros antropólogos que atuaram, nos Estados Unidos, em agências governamentais durante a II Guerra. O assunto será retomado adiante.

- 11 Evans-Pritchard (1978: 178-179), por exemplo, se referiu àquela situação nos seguintes termos: “Os estudos antropológicos em lugares distantes são muito caros e a ajuda generosa de diferentes instituições – tais como Emslie Hormiman Anthropological Scholarship Fund, Leverhulme Grants Committee e Vinking Fund – é insuficiente para cobrir mais que uma pequena porção da investigação urgente”.
- 12 Lembra Goody (1995) que mesmo com a mudança, os filantropos da *Rockefeller Foundation* continuavam a preponderar como financiadores de pesquisas.
- 13 Tudo isso não impediria, porém, que muitos antropólogos se tornassem críticos do colonialismo, particularmente quando estavam em jogo os interesses das comunidades estudadas. Motivados por experiências de origem social, por uma formação esquerdista especialmente na LSE ou ainda por uma propensão a refletir sobre os problemas da existência humana, decorrente da proximidade com grupos sociais diversos, muitos antropólogos passaram a proclamar ideias logo associadas aos projetos de independência das colônias (James 1973; Firth 1981).
- 14 Citado por Evans-Pritchard (1978: 182), dizia o mesmo antropólogo: “Com um avanço mais rápido da ciência pura e com a cooperação das administrações coloniais, poderíamos inclusive prever a possibilidade da existência de uma época em que o governo e a educação das populações nativas, nas várias partes do mundo, estivessem mais próximos de ser uma arte baseada na aplicação das leis descobertas pela ciência antropológica”.
- 15 Seja como for, Kuper (1978) lembra que, a despeito da grande soma de recursos destinados, em fins da década de 20 e início dos anos 30, pela *Rockefeller Foundation* para as análises sobre “mudança social” – o que na época era entendido como sinônimo de “antropologia aplicada” – o principal interesse dos pesquisadores eram as pesquisas mais “acadêmicas” e “científicas” das bases de coesão social.
- 16 Embora não necessariamente condizentes com o interesse do governo Britânico (Cf. Goody 1995).
- 17 Malinowski, um dos críticos mais mordazes do sistema colonial inglês, é outra celebridade a engrossar o coro. Enfatizando a necessidade de antropólogos assumirem uma postura de denúncia em relação a possíveis danos causados pela política pública a comunidades nativas, advogando em favor da causa indígena, ele preconiza, no entanto, certo afastamento das tomadas de decisão e dos compromissos práticos. Afinal, “their primary duties are to present facts, develop concepts, destroy fictions and empty phrases, and so reveal relevant, active forces” (*apud* Firth 1981: 195).
- 18 O próprio Foster parecia ser um exemplo da ambigüidade da posição de antropólogos britânicos frente ao governo inglês. Embora crítico fervoroso do sistema colonial, ele optara, na época, por uma postura mais discreta. A seguinte passagem de um artigo escrito no final da década de 80, sobre situações vividas na Rodésia do Norte, no início da década de 60, corrobora esta ideia: “All that time, for ethical reasons, I made no plans for publication. Because of the unusual circumstances that enabled me to observe the colonial administration at close range, an experience that led to conclusions rather critical of friends and hosts generous in hospitality and doing a good job as they saw it under difficult conditions, I would have felt ungenerous in rushing into print” (Foster 1987: 360). O texto, escrito em 1964, foi publicado somente em 1987, já que “25 years have gone by since I was in the country, which achieved independence in 1964, and all of the people with whom I interacted on a professional and social basis have long since left Zambia”

- (Foster 1987: 360). Sobre o tema, ver também James (1973).
- 19 Para Asad (1985), enquanto essas mudanças eram associadas à possível desintegração da disciplina, o período pós-guerra assistiu à reestruturação e ao fortalecimento da antropologia social britânica.
- 20 A rigor, os estudos de populações nativas norte-americanas, realizados no século XIX e início do século XX por amadores, missionários, ou representantes do governo, já encontravam ressonância nas políticas governamentais nos Estados Unidos (Cf. Mattos 2003). É com Franz Boas, no entanto, que a antropologia ganha forma de disciplina científica. A breve análise de sua trajetória apresentada aqui está reproduzida, com alguma modificação, em Mattos (2003).
- 21 Eis aí, para Stewart (1983), uma das razões do surgimento tardio da antropologia aplicada nos Estados Unidos.
- 22 Por motivo de espaço, estou omitindo no texto a participação de importantes antropólogos nos esforços de guerra. Ver, por exemplo, uma interessante análise das contribuições de Margareth Mead e Gregory Bateson em Yans-McLaughlin (1983). O caso de Bateson será retomado adiante.
- 23 McFate (2005) assevera que, posteriormente, Bateson teria se envolvido em atividades ainda mais curiosas, como pesquisas de controle da mente no âmbito da operação MK-Ultra da CIA. Em parceria com Margareth Mead e Geoffrey Gorer, o antropólogo idealizou, no Departamento de Serviços Estratégicos, uma unidade para treinamento psicológico de guerra no Oriente Médio. Muitos são os exemplos de antropólogos norte-americanos em ações de guerra que exigiam habilidades incomuns para cientistas. Como demonstra Stewart: "Using one's ability, training and knowledge in the national war effort seems the proper thing to do. Complaints were voiced only when someone was barred from military activity, such as Clyde Kluckhohn due to the rheumatic fever he had had as a teenager. Demitri Shimkim and I were in the office of Chief G-2. Ed Norbeck and Ted McCown were in a coding break unit; Carlton Coon, Cora DuBois, Gordon Hewes, and others were in OSS. Cora was on Montbatten's staff in Ceylon. George Deveraux and Weston La Barre prepared to parachute in the Indo-China behind enemy lines until the commander of the Asiatic Theater vetoed the drop and put them on staff duty in Chungking. Phileo Nash, later to be the Commissioner of Indians Affairs, was assigned to the White House and worked on the order by President Truman which desegregated the armed forces. Margareth Mead work on trying to change national food habits to fit the food available. Ruth Benedict advised on treatment of Japanese. George Murdock and Clelland Ford were commissioned in naval intelligence to analyze the Human Relation Area File for data regarding the Pacific Islands. Laura Thompson wrote reports about Guam to help the Navy" (Stewart 1983: 192). É verdade que a participação direta de antropólogos e cientistas sociais em conflitos armados já não era novidade na história da antropologia se pensarmos nos casos já mencionados de Leach e Evans-Pritchard, ou ainda em Marcel Mauss e toda uma geração de sociólogos franceses que participou da I Guerra. Nos Estados Unidos, contudo, o engajamento de antropólogos nos esforços de guerra alcançou proporções expressivamente maiores. Algumas hipóteses para tanto estão sugeridas ao final do trabalho.
- 24 É nesse contexto que surge o interesse pelos campos de concentração em território norte-americano destinados a imigrantes japoneses e seus descendentes. Na época, muitos pesquisadores foram contratados pela *War Relocation Authority*, agência civil criada em 1942 com a missão de administrar 110 mil pessoas em campos fechados construídos em solo norte-americano, destacando-se entre eles Robert Redfield, Edward Spicer e Laura Thompson (Barbosa 1999; Suzuki 1981; Stewart 1983).

- 25 Sobre este e outros projetos governamentais que contaram com a participação de antropólogos, após a guerra, vale conferir a análise de Stewart (1983). Entre eles, vale lembrar o polêmico projeto Camelot, desenvolvido em 1964 pelo Departamento de Pesquisa e Operações Especiais da *American University*, que contou com a participação de cientistas sociais cujos estudos deveriam servir como subsídios à ações governamentais que pudessem prever insurreições em território interno e em países estrangeiros, contou com a participação de cientistas sociais. As origens militares do projeto, uma vez reveladas, geraram críticas violentas e, uma vez mais, uma descrença geral em relação à utilização, por parte do governo, de dados oriundos de pesquisas antropológicas. Sobre o projeto Camelot e as relações mais recentes entre a antropologia e o governo dos EUA, vale conferir McFate (2005). Quase duas décadas depois, após um arrefecimento da antropologia aplicada nos Estados Unidos, uma nova geração de antropólogos laçar-se-ia em novos e diversificados campos de atuação, inclusive a iniciativa privada. Sobre o assunto conferir Barbosa (1997) e Mattos (2003).
- 26 É de se julgar que uma análise mais acurada deveria contemplar outras tradições nacionais que, a exemplo do México, analisado por Lomnitz (2002), da África do Sul, analisado por Kuper (2002), ou mesmo do Brasil, tal como discutido em Lima (2002) e Mattos (2007), entre outras, ajudariam a compor o quadro esboçado aqui. Ademais, poder-se-ia, assim, levar a termo a proposta de melhor entender as assimetrias entre as diferentes tradições antropológicas, tal como propõe L'Estoile et al. (2002). Por questão de espaço, não reproduzo essas discussões aqui.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASAD, Talal. 1985. *Anthropology and the colonial encounter*. London: Ithaca Press.
- BARBOSA, Livia 1999. *Igualdade e meritocracia. A ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: FGV
- BENEDICT, Ruth. 1972. *O Crisântemo e a Espada. Padrões de Cultura Japonesa*. São Paulo: Editora Perspectiva
- BOAS, Franz 1974. "Scientists as spies". In. G. Stocking Jr. (org). *Franz Boas Reader. The Shaping of American Anthropology, 1883-1911*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- EVANS-PRITCHARD, Edward. 1978. *Antropologia Social*. Lisboa: Edições 70.
- FIRTH, Raymond. 1981. "Engagement and Detachment: Reflections on Applying Social Anthropology to Social Affairs". *Human Organization*, 40 (3): 193-201
- FOSTER, George. 1987. "Colonial Administration in Northern Rhodesia in 1962". *Human Organization*. 46 (4): 359-368
- GEERTZ, Clifford. 1989. *El antropólogo como autor*. Barcelona: Paidós.
- GOLDMAN, Márcio e NEIBURG, Frederico. 2002. "Da nação ao império: a guerra e os estudos de caráter nacional". In. B. de L'Estoile; F. Neiburg; L. Sygaud (orgs). *Antropologia e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- GOODY, Jack. 1995. *The Expansive Moment. The rise of social anthropology in Britain and Africa 1918 – 1970*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JAMES, Wendy. 1973 "The Anthropologist as reluctant imperialist". In. T. Asad (org.) *Anthropology and the colonial encounter*. London: Ithaca Press.
- KUPER, Adam. 1978. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro: F. Alves.
- KUPER, Adam. 2002 "Nomes e partes: as categorias antropológicas na América do Sul" in L'ESTOILE, Benoit; NEIBURG, Frederico; SIGAUD, Lygia. *Antropologia e Estados Nacionais*. RJ, Relume Dumará.
- KUKLICK, Henrika. 1991. *The Savage Within. The Social History of British Anthropology, 1885 – 1945*. Cambridge: Cambridge University Press
- LESSER, Alexander. 1981. "Franz Boas". In. S. Silverman (org.) *Totems and Teachers*. EUA: Columbia University Press
- LATOUR, Bruno. 1994. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34
- L'ESTOILE, Benoît de. 2002. "Ciência do homem e 'dominação racional': saber etnológico e política indígena na África colonial francesa". In. B. de L'Estoile; F. Neiburg; L. SIGAUD (orgs). *Antropologia e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

L'ESTOILE, Benoit de; NEIGURG, Frederico; SIGAUD, Lygia. 2002. *Antropologia e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. 2002. "Indigenismo no Brasil: migração e reapropriações de um saber administrativo". In. L'ESTOILE, Benoit; NEIGURG, Frederico; SIGAUD, Lygia (orgs.). *Antropologia e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

LOMMITZ, Cláudio. 2002. "A antropologia entre fronteiras: dialética de uma tradição nacional (México)". In. L'ESTOILE, Benoit; NEIGURG, Frederico; SIGAUD, Lygia (orgs.). *Antropologia e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

McFATE, Montgomery. 2005. "Antropologia e Contra-Insurreição: a Estranha História desse Curioso Relacionamento. Military Review. Maio-Junho: 44-49. Disponível em [http://www.sel.eesc.usp.br/informatica/graduacao/material/etica/private/antropologia\\_e\\_contra-insurreicao\\_a\\_estranha\\_historia\\_desse\\_curioso\\_relacionamento.pdf](http://www.sel.eesc.usp.br/informatica/graduacao/material/etica/private/antropologia_e_contra-insurreicao_a_estranha_historia_desse_curioso_relacionamento.pdf). Acesso em 05/06/09

MATTOS, André Borges de. 2003. *Antropólogos e Antropologia entre o acadêmico e o não acadêmico: outras inserções*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp

MATTOS, André Borges de. 2007. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp.

MEAD, Margareth e METRAUX, Rodha. 1982. *Aspectos do presente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves

PEIXOTO, Fernanda. 1998. "Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo". *Mana* 4(1): 79-107.

PRICE, David. 1998. "Gregory Bateson and the OSS: World War II and Bateson's Assessment of Applied Anthropology", *Human Organization* 57 (4): 379-384

STEWART, Omer C. 1983. "Historical Notes about Applied Anthropology in the United States", *Human Organization*, 42(3): 189-194

STOCKING, George. 1971. "What's in a name? The Origins of the Royal Anthropological Institute (1837-71)", *Man - The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 6 (3): 369-390.

SUZUKI, Peter. 1981. "Anthropologists in War Time Camps for Japanese Americans: a documentary Study", *Dialectical Anthropology*, 6: 23-60

URRY, James. s/d. *Before Social Anthropology. Essays on the history of British Anthropology*. Harwood Academic Publishers

YANS-MCLAUGHLIN, Virginia. 1983. "Science, democracy, and ethics. Mobilizing Culture and Personality for World War II". In. G. Stocking Jr.. *Malinowski, Rivers, Benedict and Others. Essays on Culture and Personality. History of Anthropology*, vol. 4, Madison: University of Wisconsin Press.

## **Antropologias em Perspectiva: Notas sobre as relações entre Estado e saber antropológico**

### **RESUMO**

---

Neste artigo discuto as relações entre antropologia e Estados nacionais no contexto da expansão colonial europeia, ocorrida nas primeiras décadas do século XX. Analisando particularmente a atuação de antropólogos nos três centros reconhecidamente fundadores da prática antropológica, isto é, França, Inglaterra e Estados Unidos, procuro mostrar como o saber antropológico e as ações intervencionistas do Estado colonial se articulam em processos de construção mútua, a partir de interesses de atores políticos distintos, em circunstâncias específicas. Trata-se, assim, de uma tentativa, por um lado, de mostrar as diferentes formas de se conceber e praticar a antropologia em “tradições nacionais” distintas e, por outro, de apresentar elementos capazes de fomentar o debate em torno das condições sociais de produção do conhecimento antropológico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antropologia; História da Antropologia; Antropologia Aplicada

## **Anthropology in perspective: Notes about the relationship between National State and Anthropological Knowledge**

### **ABSTRACT**

---

In this paper I discuss the relationship between Anthropology and the National States within the background of the European colonial expansion, which took place in the first decades of the 20th century. In particular, I analyze the role of anthropologists from the three centers that established the modern anthropological practice, i.e., France, England, and the United States. I demonstrate how anthropological knowledge and interventionist actions of the colonial State articulate in processes of mutual construction, considering the interests of distinct political actors. Hence, this paper aims to demonstrate that there are distinct ways of thinking and practicing Anthropology in different “national traditions”. It also searches to instigate the debate about the social conditions of production of the anthropological knowledge.

**KEY WORDS:** Anthropology; History of Anthropology; Applied Anthropology

Recebido em 20/10/2008

Aprovado em 03/06/2009